

# LUTAR POR MELHORES SALÁRIOS E DIREITOS

Num quadro em que tudo aumenta, só os trabalhadores empobrecem. Os da Administração Pública viram os seus salários, em 2022, actualizados em míseros 0,9% – a que se juntou uma discriminatória valorização da remuneração de entrada nas carreiras de Assistente Técnico e Técnico Superior (entretanto “engolidas” pelo IRS) –, acentuando-se assim a redução significativa do seu poder de compra e a falta de perspectiva quanto a uma vida digna e à valorização do seu trabalho, fundamental para as populações, visto que, por via do SIADAP, 75% só sobem de escalão remuneratório ao fim de 10 anos. Os apoios sociais anunciados pelo governo PS para Outubro, além de pontuais, são manifestamente insuficientes para compensar a perda de rendimento acumulada este ano e ficam muito aquém do agravamento do custo de vida. E no caso dos reformados e pensionistas, a esmola de meia pensão não é mais do que um roubo vergonhoso que todos perceberão a partir de 2023. As dificuldades reais e sérias que os trabalhadores e o País atravessam resolvem-se cumprindo as reivindicações dos trabalhadores:

- Aumento imediato dos salários em, pelo menos, 90€; e Salário Mínimo Nacional de 800 €;
- Correção da Tabela Remuneratória Única;
- Revogação do SIADAP, substituindo-o por um sistema avaliativo equitativo, justo e sem quotas;
- Descongelamento efectivo das promoções e das progressões remuneratórias, abrangendo todas as carreiras e categorias;
- Reposição das carreiras, índices remuneratórios e dos seus conteúdos profissionais específicos, tal com o existiam antes de 2008;
- Reposição do valor do pagamento das horas extraordinárias, do trabalho normal em dias feriado, e do descanso compensatório;
- Trabalho prestado pelos Bombeiros Sapadores fora do normal horário de trabalho efectivo (7h/diárias – 35h/semanais) pago nos termos legais. O Regime de Disponibilidade não pode significar trabalho não remunerado.
- Reposição do direito à indemnização devida por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional.
- Atribuição da menção de relevante ou equivalente a todos os trabalhadores, no presente ciclo avaliativo;
- Fim da precariedade e contratação de mais trabalhadores;
- Contribuição para a ADSE em 1,5% sobre 12 meses, eliminando este desconto já no próximo Subsídio de Natal;
- Respeito e promoção da negociação colectiva;
- Direito à segurança e saúde no trabalho;
- Regulamentação e aplicação correcta do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, com a inclusão do risco; do Suplemento de Disponibilidade Permanente; e do Suplemento de Prevenção ou Piquete;
- Reversão do actual processo de “transferência” de competências;
- Reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

A LUTA É FUNDAMENTAL PARA GARANTIR DIREITOS E MELHORES SALÁRIOS. O STAL apela à mobilização e participação de todos os trabalhadores nas acções agendadas, com destaque para as manifestações em Lisboa e no Porto no dia 15 de Outubro.

DICPS | N.º 11 | Setembro 2022

**UNIDOS SOMOS MAIS FORTES.**

**SINDICALIZA-TE HOJE!**

[www.stal.pt/aderir](http://www.stal.pt/aderir)



[www.stal.pt](http://www.stal.pt)

## TRABALHADORES EMPOBRECEM HÁ 13 ANOS

# AUMENTO SALARIAL É URGÊNCIA NACIONAL

O agravamento do custo de vida atingiu de forma brutal os trabalhadores e pensionistas da Administração Pública – e em particular os da Administração Local –, cujos rendimentos, em média, “encolheram” 11% na última década.

O governo PS insiste em ignorar esta perda de poder de compra e decidiu atribuir, em Outubro e numa única “dose”, 125 € para trabalhadores com salários até 2700 € brutos e 50 € para todas as crianças, medida que não passa de um mero paliativo.

É preciso travar o ataque à valorização dos trabalhadores, aos direitos e aos serviços públicos.

A situação actual exige medidas imediatas para aumentar os salários e pensões, travar a especulação, a degradação das condições de vida e a exploração, proteger e reforçar os serviços públicos e as funções sociais do Estado, com o impacto do aumento do custo de vida a fazer-se sentir, sobretudo, entre trabalhadores e pensionistas, e outras camadas desfavorecidas da população, nomeadamente as de menores rendimentos.

As medidas anunciadas pelo primeiro ministro são manifestamente insuficientes para compensar as perdas de rendimento acumuladas nos primeiros 10 meses deste ano e ficam muito aquém dos aumentos dos preços dos bens essenciais e da energia. E são pontuais, atribuído numa única vez. Mas as necessidades dos trabalhadores e das famílias são permanentes, e exigem medidas permanentes!



**PARTICIPA! LUTA PELOS TEUS DIREITOS**

**MANIF // LISBOA // PORTO // 15 OUT // 15H**

(CAIS DO SODRÉ)

(CAMPO 24 AGOSTO)

# SÓ OS SALÁRIOS E PENSÕES NÃO AUMENTAM!

Os trabalhadores da Administração Local têm sido particularmente penalizados pelas políticas dos governos do PS e do PSD/CDS, tendo sofrido uma redução de cerca de 11% de poder de compra (em média) entre 2010 e 2021, o que poderá agravar-se se em 2023 a subida das remunerações se ficar apenas pelos 2% anunciados por António Costa.

A receita fiscal disparou quase 30% até Junho, face ao mesmo período de 2021, totalizando 22.980,2 milhões de euros. **Só com o IVA, o Estado arrecadou 2.131,6 milhões de euros** neste 1.º semestre, ou seja +26,9%. As 12 principais empresas cotadas na Bolsa de Lisboa (PSI20) anunciaram resultados de cerca de 2 mil milhões de euros na primeira metade do ano, ou seja, mais de 60% em relação a igual período de 2021.

Também o custo de vida disparou este ano e, segundo a DECO Proteste, um

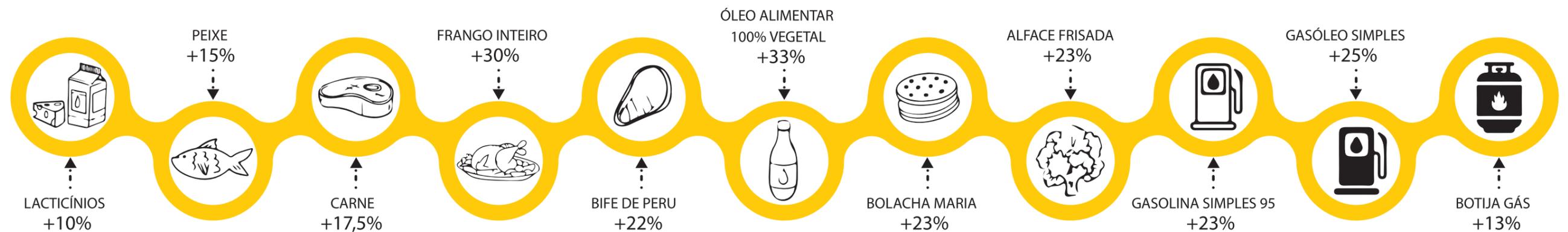


cabaz de bens alimentares essenciais custava, no início de Setembro, 206,35 €, ou seja +12,4% do que na véspera da guerra na Ucrânia (23 de Fevereiro), e a contribuir para este aumento, está, em grande parte, o custo do peixe e da carne, as categorias alimentares cujo preço mais aumentou.

Já na área da habitação, os dados do INE indicam que a subida da taxa Euribor agravou os empréstimos à habitação, com a prestação média da casa para novos contratos a atingir o valor mais alto desde 2009.

## MAIORES AUMENTOS DOS BENS ALIMENTARES

Entre Fevereiro e Agosto



## COMBUSTÍVEIS

Entre Janeiro e Junho

## MEDIDAS URGENTES E IMEDIATAS

### ➔ AUMENTO DOS SALÁRIOS!

Aumento dos salários em, pelo menos, 90 € para todos os trabalhadores, e aumentos extraordinários dos salários que foram actualizados, mas cuja revisão foi absorvida pela inflação.

### ➔ SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

Fixação do SMN nos 800 €.

### ➔ SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO

Aumento do subsídio de refeição para 7,50 €.

### ➔ PENSÕES E REFORMAS

Aumento extraordinário de todas as pensões e reformas que reponha o poder de compra perdido e assegure a sua valorização.

### ➔ APOIOS SOCIAIS

Aumento das prestações de apoio social e adopção de medidas que ajudem a responder à difícil situação social que atinge largas camadas da população.

### ➔ FIXAÇÃO DOS PREÇOS

Fixação de limites máximos nos preços dos bens e serviços essenciais, para fazer face ao aumento brutal na alimentação, energia e combustíveis.

### ➔ CARGA FISCAL

Repór os escalões do IRS existentes antes de 2011; reduzir o IVA sobre a electricidade e o gás para 6%; aumentar a tributação sobre os lucros das grandes empresas, recuperando a justiça fiscal.